



INFORMAÇÃO N.º 01/2012 - ACTIVIDADE MUNICIPAL e SITUAÇÃO FINANCEIRA

Nos termos da alínea e), do ponto 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal “*apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação da Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (...)*”.

Assim, e tal como foi feito em Junho passado, damos cumprimento a este preceito legal, descrevendo, ainda que de forma sucinta, aquilo que de mais relevante se fez na Câmara Municipal de Alfândega da Fé, desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, e que abrange o período 10 de dezembro de 2011 a 29 de fevereiro de 2012

Equipa Multidisciplinar da Biblioteca Municipal (EM-BM):

Sector de Biblioteca

- Em síntese apresentam-se os resultados estatísticos do serviço da BM relativamente a todo o ano de 2011 (comparativamente ao ano anterior):

	2010	2011	Varição (2010-2011)
RECEPÇÃO e ATENDIMENTO aos UTILIZADORES em GERAL (número de utilizadores):	Total: 6.604	Total: 15.014	+ 127,3 %
Leitura Presencial – Sala de Leitura	2052	2879	+ 40,3 %
Periódicos – Sala de Leitura	620	818	+ 31,9 %
Internet – Sala de Leitura	2337	3606	+ 54,3 %
Internet – Sala de Audiovisuais	1595 (3 meses)	7711	+ 383,4 %
EMPÉSTIMO DOMICILIÁRIO (número de documentos emprestados):	318	409	+ 28,6 %
INSCRIÇÃO de NOVOS LEITORES:	24	59	+ 145,8 %
NÚMERO de REQUISIÇÕES do AUDITÓRIO da BM:	224	161	- 28,1 %
NOVAS MONOGRAFIAS:			
Compras	16	26	+ 62,5 %
Ofertas	90	435	+ 383,3 %
NÚMERO de REGISTOS de MONOGRAFIAS (em base de dados):	12.920	13.425	+ 3,9 %
NÚMERO TOTAL de LEITORES (com CARTÃO de LEITOR):	651	710	+ 9,1 %
ACTIVIDADES DE DINAMIZAÇÃO DA BM:			
Atividades gerais de dinamização da Leitura	14	16	
Atividades do sector infantil	Diariamente (40 crianças)	Diariamente (43 crianças)	
Atividades do sector infantil (quinzenais)	18 (1611 crianças)	17 (1462 crianças)	
Atividades do sector infantil (com o 1.º ciclo)	8 (139 crianças)	9 (155 crianças)	



Sector de Audiovisuais

- Comemoração do Dia Internacional da Internet Segura com ações de sensibilização para os jovens sobre esta temática.
- Realização da atividade: “A brincar com a informática” destinada a alunos do Pré-Escolar.

Sector de Educação Infantil

- Exploração da História: “ A toupeira que queria saber quem lhe fizera aquilo na cabeça” de Werner Holzwarth, para todas as crianças do Pré-Escolar do concelho (3 a 6 de Janeiro);
- Deslocação à Casa da Cultura para a visualização do filme “ O Gato das Botas com as crianças do Pré-Escolar do Concelho (17 a 20 de Janeiro);
- Exploração da História “ O Bicho de sete cabeças” para os alunos do 3ºA e 3ºB do 1º Ciclo de Alfândega da Fé (25 e 26 de Janeiro);
- Exploração da História” As lágrimas são netas do mar” de José Vaz e João Caetano para as crianças do pré-escolar do concelho (31 de Janeiro a 3 de Fevereiro);
- Exploração da História” As Preocupações do Billy” e atelier de expressão plástica relativo à história, para as crianças do 2ºA e 2ºB do 1º Ciclo (8 e 9 de Fevereiro);
- Exploração da História “ Os Palhacinhos Plim Plim e Arroz Doce “de Sandra Banrezes e Atelier de Expressão Plástica relativo à História, para as crianças do Pré-Escolar do Concelho (14 a 17 de Fevereiro);

Divisão Administrativa (DA):

Para além das atividades administrativas desenvolvidas normalmente nas diversas secções (Recursos Humanos; Apoio aos Órgãos Autárquicos; Licenças Diversas; Expediente Geral; de Arquivo e Reprografia, procedeu-se:

À monitorização e avaliação do QUAR da Divisão Administrativa para ao ano de 2011;

À Apresentação do QUAR de 2012 e do Plano de Atividades;

À Elaboração do Plano de Prevenção e Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para 2012;

À Monitorização do Plano de Prevenção e Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ano de 2011;

À avaliação do Desempenho de todos os colaboradores da DA no âmbito do SIADAP;

Secretariar e elaborar as Atas das reuniões do CCA (Conselho de Coordenação da Avaliação (CCA),

À elaboração de todo o processo eleitoral para a constituição da Comissão Paritária nos termos do artº.59º. da Lei do SIADAP.

No âmbito da Gestão da Qualidade: Participação na auditoria Interna feita à Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT).

À elaboração respostas para a visita do repórter QNEWS ao Município de Alfândega da Fé.

À elaboração de novos procedimentos e Instruções de Trabalho, no âmbito do sistema da Qualidade, relacionados com os Recursos Humanos, Atendimento/Taxas e Licenças, Arquivo e Apoio aos Órgãos Autárquicos;

À organização do arquivo municipal, existente no Centro Cultural, de acordo com a legislação em vigor, procedendo-se à triagem da documentação e à sua eliminação de acordo com a Lei.

À Organização dos documentos de Arquivo Intermédio localizado no Edifício da Câmara.

Ao apoio direto através dos serviços informáticos às Juntas de Freguesia e Escolas do concelho;

À transcrição das atas da Câmara e Assembleia Municipal;



Divisão Financeira (DF):

A Divisão Financeira, para além das actividades diárias de promover a arrecadação e o controlo de todas as receitas; bem como coordenar e controlar toda a actividade financeira, e proceder à aquisição de bens e serviços necessários à actividade municipal, de acordo com os critérios técnicos, económicos e de qualidade, realizou as demais funções necessárias ao bom funcionamento dos serviços, bem como garantiu o cumprimento das imposições legais e dos prazos estabelecidos, onde se destacam as seguintes actividades:

Elaboração da Proposta do Relatório anual sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluído os de Corrupção e Infrações conexas, que decorre da Redacção n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção que o Município de Alfândega da Fé deverá efetuar um relatório anual sobre a execução do Plano, o qual deve ser remetido ao CPC, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo.

Assim, a Divisão Financeira, promoveu a recolha, junto de cada uma das unidades orgânicas responsáveis, dos relatórios de monitorização parciais de execução, e procedeu à elaboração do citado relatório anual, que foi submetido a reunião de Câmara de 27 de fevereiro de 2012, para aprovação, e posterior envio ao CPC e demais órgãos de superintendência, tutela e controlo.

Com o sentido de proceder à avaliação do desempenho de cada serviço e dar cumprimento ao estabelecido na lei, procedeu-se à elaboração do Plano de Atividades da Divisão Financeira para o ano de 2012, bem como à apresentação da Proposta do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) onde se evidenciam os objetivos, indicadores de desempenho e metas a atingir pela Divisão Financeira durante o ano de 2012.

Apoio ao Gabinete de Formação, na elaboração do Plano de Formação dos colaboradores da Divisão Financeira – planificação para 2011-2012.

No que concerne ao Plano de Saneamento Financeiro, a Divisão Financeira faz o regular acompanhamento e controlo da execução orçamental e patrimonial, com o sentido de cumprir à risca o estabelecido no referido plano.

Através do SIIAL – Sistema de Informação Integrado das Autarquias Locais (Portal Autárquico), a autarquia no âmbito dos deveres de informação, através da Divisão Financeira prestou toda a informação à Direcção Geral das Autarquias Locais - DGAL, nomeadamente as Contas Trimestrais; o Endividamento Municipal; Despesas com Pessoal; Pessoal ao Serviço; Fundo Social Municipal; Balancetes; Contas de Ordem; Execução do PPI; Fluxos de Caixa; Contribuição SM, AM, e SEL para o endividamento municipal; Controlo Orçamental da Receita e da Despesa; Empréstimos; Factorings; Leasings; reporte dos pagamentos em atraso; bem como toda a informação solicitada, esta informação é remetida através de ficheiro constante da aplicação informática, sendo à posterior, validada e aprovada pela referida entidade.

Reconciliação de extratos de conta corrente dos clientes e dos fornecedores, no cumprimento ao ponto nº 2.9.10.2.3 do POCAL e ao Artigo 66.º, do Regulamento de Sistema de Controlo Interno do Município, foram nomeados 2 funcionários, que periodicamente efectuem reconciliação de Terceiros.

Apoio, esclarecimentos e envio de toda a informação necessária e solicitada pelo Revisor Oficial de Conta, para que este possa elaborar e apresentar o documento de Certificação Legal de Contas do ano económico de 2011, bem como o Relatório Anual de Auditoria Externa, emitido nos termos do n.º3 do art.º 48.º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro e



subsidiariamente pelo n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea a), do art.º 52.º do Decreto-lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, aditado pelo Decreto-lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

No âmbito da Prestação de Contas, a Divisão Financeira, encontra-se em trabalhos de preparação, verificação, conferência e validação das contas orçamentais e patrimoniais do ano de 2011, para que se possa apresentar o Relatório de Gestão e Contas do ano económico de 2011, submete-lo à aprovação do órgão executivo e à apreciação do órgão deliberativo nos termos da al. d) do n.º 2 do art.º 34.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Em conformidade com a Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro (Aprova Orçamento do Estado para 2012), quem vem impor e reforçar as regras relativas à cabimentação e assunção de compromissos na administração local. E no rigoroso cumprimento de todas as imposições legais e normas supra referidas, a Divisão Financeira em colaboração com as restantes unidades orgânicas elaborou o prévio cabimento das despesas previstas para o 1º trimestre, conforme despacho proferido pela Sr.ª Presidente em 9 de janeiro 2012.

A Divisão Financeira propôs ainda, a emissão de uma **Circular a enviar a todos os agentes económicos**, com o intuito de alertar, que não podem fornecer qualquer bem ou serviço ao Município de Alfândega da Fé, sem que este seja antecedido da entrega/envio de uma documento de compromisso (requisição) ou nota de encomenda que tenha o número de cabimento e a clara identificação da entidade emitente, tendo sido emitida e enviada para todos os fornecedores, credores e empreiteiros que trabalham com o Município.

O orçamento de estado para 2012, aprovado pela lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no seu artigo 26º mantém as medidas constantes da lei de orçamento de estado do ano de 2011 e que visam a redução da despesa, neste sentido, e no cumprimento rigorosa da lei, a Divisão Financeira, apresentou uma informação a Sr.ª Presidente, propondo a implementação de diversas medidas obrigatórias (exigência de parecer prévio vinculativo e redução remuneratória) e que garantem na íntegra a correta aplicação da lei do orçamento de estado. Tendo sido esta, submetida à Reunião de câmara acompanha de parecer do gabinete jurídico.

No cumprimento do artigo n.º 58 da LOE 2012, referente às dívidas das autarquias para com o setor de água, saneamento e resíduos, foi elaborado e submetido ao ministério da tutela setorial (Ministra da Agricultura), as condições de regularização dos respetivos débitos, bem como para as respetivas entidades (ATMAD e Resíduos do Nordeste).

Para ocorrer a dificuldades de tesouraria, nos termos do n.º 3 do art.º 38º, conjugado com o n.º 1 do art.º 39 da lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e conforme aprovação dada pela Assembleia Municipal em 7 de Dezembro de 2011, foram convidadas diversas entidades bancárias a apresentar proposta para a contração de um empréstimo de curto prazo ate ao montante de 580.000,00 euros.

As propostas apresentadas foram submetidas à Reunião de Câmara de 27 de fevereiro de 2012 para adjudicação.

Para dar cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações que foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, bem como ao estabelecido no Regulamento de Fundo de Maneio, aprovado em Reunião de Câmara de 13-09-2010, foi nomeado o responsável pelos Fundos de Maneio e efetuada a Constituição Fundos de Maneio estritamente necessários para o ano de 2012.



De salientar que, em caso de incumprimento, por parte do município, dos deveres de informação previstos no art. 50.º da LFL, bem como dos respectivos prazos, são retidos 10% do duodécimo das transferências correntes do FGM (n.º7;do art. 50.º da LFL), sendo a referida retenção de verbas libertada logo que a autarquia local proceda à regularização no envio da informação em falta. Assim, e com o sentido de cumprimento dos deveres de informação e prazos estabelecidos, bem como evitar a possível retenção, a Divisão Financeira procedeu ao envio atempado da referida informação.

Divisão de Desenvolvimento Social (DDS):

Como orientador da nossa intervenção na área social procuramos sempre estar atentos aos dados estatísticos que os Censos 2011 nos vão revelando. Estes indicadores permitem-nos de uma forma mais precisa conhecer a nossa realidade e assim intervir nos verdadeiros focos de problemas.

Os dados que de seguida vos apresentamos são deste fato reveladores.

Segundo o relatório dos censos 2011, que saiu a 3 de Fevereiro de 2012, dos 1661 idosos residentes no concelho de Alfândega da Fé, 1056 residem sozinhos o que equivale a 64% do total dos idosos que existem no concelho.

Salienta-se ainda que, 330 encontram-se a residir com uma pessoa com mais de 65 anos e 357 com duas ou mais pessoas com mais de 65 anos.

Quadro I

População com 65 ou mais anos segundo o total e a residir em alojamentos familiares apenas com população deste grupo etário e alojamentos familiares apenas com residentes com 65 ou mais anos segundo o número de residentes

Desagregação geográfica	População com 65 ou mais anos de idade		Alojamentos familiares de residência habitual nos quais todos os residentes têm 65 ou mais anos		
	Total	A residir em alojamentos familiares sem outras pessoas	Total	Com 1 pessoa com 65 ou mais anos	Com 2 ou mais pessoas com 65 ou mais anos
Alfândega da Fé	1661	1056	687	330	357

Fonte: INE

Perante estes dados estamos já, no âmbito da Rede Social, a promover um trabalho em rede em colaboração com o projeto da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados do Centro de Saúde, “Sensos Sénior” da Guarda Nacional Republicana, Unidade Móvel, Liga dos Amigos do Centro de Saúde que nos irão permitir identificar todos os idosos, caracterizar a sua situações sócio económica e riscos que correm decorrentes da sua situação de isolamento, de forma a tomar medidas interventivas ao nível de um acompanhamento continuado.



Iniciamos agora o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e a Câmara Municipal, consciente da análise sócio demográfica, que partilhamos convosco através dos gráficos anteriormente apresentados, continuamos a dar enfoque à população mais envelhecida. Em Fevereiro iniciamos uma auscultação, através da aplicação de um questionário, a cada idoso onde podem descrever e identificar os problemas que têm no acesso ao sistema de saúde e o seu impacto na situação económica das pessoas. Queremos fazer chegar aos organismos competentes os problemas reais com que se deparam os nossos idosos, queremos ser a sua voz junto daqueles que tomam as decisões sobre as suas vidas.

Estamos também atentos à promoção de atividades de recreio e lazer para idosos e à importância do trabalho em rede. No passado dia 12 de Fevereiro, para comemorar o dia dos namorados e sensibilizar para a problemática da violência doméstica, realizou-se um recital de Poesia “Fogo que Arde.... Sem se Ver”, encenado pelos idosos e jovens voluntários do Projeto Vencer o Tempo nas 7 Cidades. A Casa da Cultura encheu-se para ver e sentir a encenação deste grupo, tendo sido um sucesso. Seguiu-se um debate onde os mais jovens e mais velhos deram a sua opinião sobre a Violência Doméstica. Também elementos da GNR informaram os presentes sobre questões legais. Esta atividade envolveu vários projetos (Projeto Prevenir a Violência no Namoro – Mais Saúde, Projeto INOVE da Liga dos Amigos do Centro de Saúde e Projeto Vencer o Tempo nas 7 Cidades da Câmara Municipal)

O projeto INOVE Alfândega, realizou o convívio para comemorar os reis no dia 6 e 8 de Janeiro. Dia 22 de Janeiro juntaram o grupo dos reis num almoço convívio. No passado dia 19 o grupo dos “Jovens de Outrora” participou no desfile de carnaval.

Em resultado de um protocolo estabelecido entre a DECO e a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT), funciona nas Antigas instalações do Centro de Saúde o Gabinete de Apoio ao Consumidor e ao Sobreendividado para apoiar os Municípios que tenham um conflito de consumo, que queiram esclarecer dúvidas sobre os seus direitos de consumidor, ou caso se encontrem numa situação de sobreendividamento e tenham dificuldades em negociar com as entidades credoras. Nestas situações o gabinete encaminha todo o processo para a DECO que toma as diligências necessárias para resolver o problema apresentado.

Ainda ao abrigo deste protocolo dia 14 de Dezembro 2 técnicos do município e 1 da Associação Liga dos Amigos do Centro de Saúde participaram numa ação de formação sobre os serviços que a DECO presta.

No âmbito do acolhimento e acompanhamento dos Imigrantes já foram integrados no Agrupamento de Escolas onze alunos de origem Búlgara: Oito no Jardim de Infância de Vilarçhão e cinco na EB1 de Alfândega da Fé.

Integrado na nossa adesão ao Projeto “Re(Equilibrar)” da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, realizou-se no dia 18 de Janeiro um Fórum sobre Violência Doméstica onde participaram 25 técnicos de várias instituições locais. Neste fórum foi apresentado um guia de recursos e percursos no atendimento às vítimas de violência doméstica para que os técnicos possam trabalhar de forma integrada e em rede.

DIVISÃO de URBANISMO (DU):

— Setor de Ordenamento do Território e Ambiente:



Ao nível do Planeamento destacam-se 3 processos relacionados com o PDM — a “Suspensão Parcial” (na zona da Barragem do Sabor); a “2.ª Alteração do PDM” (onde foi reformulado o regulamento do plano no sentido de anular normas que têm impedido o investimento público e privado, e têm limitado a economia local); a “Revisão do PDM”, cuja evolução dos trabalhos é notória (com a revisão da REN e da RAN, entre outras, já consumadas), prefigurando-se para breve a 4.ª reunião da Comissão de Acompanhamento. Merece destaque a colaboração persistente e activa da equipa técnica da DU, com destaque para o serviço de SIG, cujas actividades (normalmente efectuadas por empresas privadas) aportaram este ano uma poupança ao município de cerca de 20.000€.

Na área do Ambiente, foram produzidas numerosas acções de sensibilização ambiental, com destaque para o lançamento e consolidação imediata do projecto “Hortas Biológicas”. A área da gestão de Resíduos e da Limpeza Urbana evoluíram notoriamente, graças à fiscalização e monitorização efectuadas e à maturidade das ações empreendidas visando a redução de custos. O apoio da Eng.ª do Ambiente à DSU (na área das ETAR’s) e à DOM (na área dos Jardins e na criação das estufas municipais) foram muito relevantes.

— Gabinete Técnico Florestal:

Devido à ausência da Eng.ª Florestal, a área das Florestas apenas atuou no último trimestre do ano; ainda que muito limitadamente pois foi importante que os esforços neste período tenham sido canalizados para apoiar a “Revisão do PDM”. No estrito âmbito do GTF, trataram-se os processos correntes de licenciamento (queimadas, trabalhos de remodelação de terrenos, etc.). Atualmente está em curso e elaboração da Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal.

— Seção de Licenciamento:

Comparativamente a 2010, a Seção de Licenciamento registou, no ano 2011, uma forte redução do número de processos novos (sujeitos a controlo prévio) para execução de obras particulares e para loteamentos — assumindo os contornos da crise económica instalada no país. Em sentido inverso, com forte crescimento, estão os “Registos de Isenção” para obras de escassa relevância urbanística (caracterizados mais abaixo neste Relatório, no Setor de Fiscalização).

Assim, relativamente às Obras de Edificação, os pedidos de “licenças” diminuíram de 21 para 18, os pedidos de “comunicação prévia” diminuíram de 12 para 4, os pedidos de “autorização” diminuíram de 42 para 18, registando-se um menor número de “Alvarás de Obras” emitidos (de 16 para 7), assim como a diminuição do número de “Alvarás de Utilização” emitidos (de 37 para 22). Em termos administrativos, verificou-se uma diminuição do número de “Certidões/Declarações” (de 99 para 68).

Em 2011 registaram-se 3 novos pedidos para Operações de Loteamento, mas nenhum deles corresponde a nova urbanização com fracionamento de terreno em lotes para construção (o que denota a estagnação da expansão urbana da Vila e do concelho).

O número de procedimentos com controlo de prazo legal diminuiu de 244 para 131 (facto que, além de denotar menos solicitações de obras particulares, espelha a redução da intensidade burocrática na análise dos processos, fazendo com que os processos sejam menos vezes alvo de aperfeiçoamento, com menos entradas de correcções). Este panorama significa algum decréscimo do serviço, permitindo a canalização de esforços para o tratamento dos “Registos de Isenção” no âmbito do Setor de Fiscalização. Merece destaque o facto do SL ter atingido um comportamento ótimo face aos prazos legais na resposta aos pedidos no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), tendo-se verificado, no universo de 131 procedimentos, apenas 7 falhas — percentagem de êxito de 94,7%!



Esta melhoria da eficácia do SL deve-se a um concertado trabalho de equipa, ritmado por uma cuidada gestão quotidiana dos prazos legais (através da “Ficha de Controlo de Prazos do RJUE”), consumindo-se em média apenas 39,4% dos prazos legais para resposta ao universo de 131 pedidos — no entanto, se para os pedidos de emissão de Alvará se consome apenas 12,4% do prazo legal, se para a análise técnica e decisão final dos pedidos se consome 41,7% do prazo legal, a mesma performance não é conseguida na fase inicial dos processos (na apreciação liminar dos pedidos), onde em média o prazo legal é mais que duplicado (213,2%); exigindo que em 2012 haja uma redefinição de funções e circuitos, bem como ajustamentos nos recursos humanos.

Finalmente, é de salientar que em 2011 a SL implementou alguns novos modelos de requerimentos, concebeu 3 circuitos de desmaterialização documental e passou a utilizar quotidianamente (por todos os colaboradores) as aplicações informáticas de gestão documental “URB” e “ATE” — programando-se para 2012 a continuação e conclusão da modernização dos serviços, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.

— Setor de Fiscalização:

O principal indicador positivo do Setor de Fiscalização é fornecido pelos “Registos de Isenção” ao abrigo do RUEMAF, tendo sido formalizados 61, em vez dos 29 verificados em 2010. Tal aumento reflete uma evidente dinâmica interna e uma clara adesão dos munícipes, ajudando por um lado a explicar a forte diminuição de processos de Licenciamento ou Comunicação Prévia (pois os RI’s constituem actos desburocratizados e céleres), bem como permitem gerar uma receita municipal extra-ordinária, que em 2011 atingiu 7.913,53€ de taxas.

O SF realizou, em 2011, um serviço moderadamente interventivo, que apenas no último trimestre começou a ganhar disciplina fruto da aprovação, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, de 4 procedimentos e 3 instruções de trabalho — versando sobre os “Registos de Isenção” (obras / ocupação do espaço público), sobre a Fiscalização de Obras sujeitas a controlo prévio, sobre a Fiscalização Preventiva e Pedagógica.

Em 2012 dever-se-ão tornar evidentes as ações de fiscalização, através dos Relatórios periódicos, das Fichas de Gestão e das ações de regularização (informal) e/ou das medidas de tutela da legalidade urbanística.

— Setor de Estudos e Projectos:

Em 2011, uma vez que a actividade de projetos passou para a alçada da DOM, no âmbito da DU apenas ficaram integrados os projectos de operações de loteamento municipais. Neste âmbito destacam-se: o novo loteamento das Penedras (com a criação de 8 lotes municipais para venda); a alteração da Zona Industrial; e a alteração de 5 lotes do Bairro Vale Telheiro.

No sentido de tornar mais objetiva e produtiva a actividade da Técnica Superior Arquitecta da DU, especialmente ao nível do Setor de Licenciamento e, para 2012, também equitativamente no Sector de Fiscalização, importa que as actividades na área de projeto fossem totalmente cometidas ao apoio técnico da AMTQT.

Divisão de Obras Municipais (DOM):

Obras Realizadas e assuntos mais relevantes desde Dezembro de 2011 até Fevereiro de 2012 pela DOM:

A Divisão de Obras Municipais, exerce funções nos domínios das obras públicas, empreitadas, manutenção e conservação de equipamentos, coordenação e fiscalização de trabalhos de construção civil, (quer por administração direta quer por empreitada, armazém), Higiene e Segurança no Trabalho, bem como na organização e de processos de concurso de obras públicas, informações e pareceres técnicos, incluindo a elaboração de cadernos de encargos,



programas de concurso, abertura e análise de propostas e gestão técnica de procedimentos, bem como gestão da divisão.

Destaco ainda o acompanhamento e apoio técnico dos processos SOLARH e Fundo Social de Apoio à Habitação.

Ao longo deste período foram cumpridas as competências exigidas e constantes na Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Alfândega da Fé.

Administração Direta

.Colaboração e sintonia entre Divisão de Obras Municipais e Divisão Financeira, na aquisição de bens e serviços relativos às obras por administração direta promovidas por este Município.

. Acompanhamento das Obras por Administração Direta promovidas pela Autarquia e constantes no Plano de Atividades.

Apresentação de relatório semanal onde consta o trabalho desenvolvido por todos os colaboradores afetos à Divisão de Obras Municipais e afetação de pessoal externo há obras por administração direta.

- Calçamento de ruas em várias freguesias do concelho, nomeadamente: Parada, Vilares da Vilarça, Vila Nova e sede de concelho.
- Construção da Casa Mortuária na Eucísia, no âmbito do Protocolo (conclusão);
- Restauro da Capela de Mártir S. Sebastião em Eucísia no âmbito do Protocolo (Continuação);
- Continuação da remodelação da envolvente às Piscinas e antigo Pavilhão da ARA -vedação
- Reparação de vários caminhos agrícolas nas freguesias;
- ETAR de Valverde – vedação e infraestruturas elétricas – conclusão e arranque;
- Entrada Norte de Alfândega da Fé – Calçamento de bermas;
- Arranjo da Envolvente À Escola Primária de Cerejais – consolidação do muro de vedação em granito;
- Intervenção e Conservação Urbanística em várias freguesias do concelho: execução de um muro em Vilarelhos e na Rua do Pinhal em Alfândega; Requalificação de um muro em Vilares da Vilarça, junto à Igreja;
- Reparação e Conservação de Diversas Estradas no Concelho: Limpeza de Bermas desde o Cemitério de Alfândega até à aldeia de Eucísia; Limpeza de Bermas na EM 615 (estrada de Cerejais) até à EN 315.

Obras por Empreitada:

Na gestão dos empreendimentos a seguir enumerados foram seguidos pela Divisão de Obras Municipais os procedimentos constantes na legislação em vigor, do Código dos Contratos Públicos, D.L nº 18 de 2008 de 29 de Janeiro.

- **Infraestruturas para a Dinamização de Alfândega da Fé 1.ª Fase – PRU – Concurso Público –** (Consignação a 12 Setembro, prazo de execução de 9 meses, 6 autos de medição elaborados);
- **Infraestruturas para a dinamização de Alfândega da Fé - Arranjo Urbanístico da Entrada de Alfandega da Fé - Entrada Poente** (Consignação a 12 Setembro, prazo de execução de 6 meses, 4 autos de medição elaborados);
- **Beneficiação do Caminho Municipal C.M 1158- Colmeais - Concurso Público –** (a aguardar contratação);
- **Beneficiação da Estrada Municipal entre Vales e a E.N 315 - Concurso Público –** (Consignação a 04 de Janeiro de 2012, prazo de execução de 9 meses);



- **Trabalhos necessários à colocação de uma Balança Industrial em Vilarchão – Ajuste Direto** (conclusão);
- **Receções definitivas de diversas empreitadas.**

Gabinete de Informática:

No Gabinete de Informática, deu-se continuidade ao projecto “Desmaterialização, Gestão Documental e Plataforma de Disponibilização de Informação e Serviços”:

SIGMA – Instalação dos procedimentos de final do ano 2011/2012, sendo uma operação complicada e muito delicada, que implica diversas instalações, configurações e validações dos procedimentos, para garantir o sucesso das tarefas necessárias a executar no final do ano.

Foram ainda efectuados diversos up-grades e up-dates em todas as aplicações, e no que se refere as regras a implementar nos termos do orçamento de estado para 2012.

SIGMAGEST- foi efectuada a actualização de esquemas nas aplicações de SIGMAGEST12-ODBC, para garantir e permitir o funcionamento das aplicações no ano de 2012.

CIRCUITOS DE DESMATERIALIZAÇÃO – Desenho, configuração, teste e implementação de diversos circuitos, necessários para continuar a implementação da desmaterialização total nos serviços do município.

INTRANET- foi efectuada a instalação da vista de pendentes na intranet, bem como integração e respectivas notificações na Intranet, com o intuito de avançar o mais breve possível com a distribuição e instalação por todos os postos de trabalho.

SIGMAFLOW- actualização do sigmaflow para a versão 2.03, esta versão tem muita mais funcionalidades e efectua correcções as versões anteriores. Destaca-se nesta versão a nova arquitectura do motor que foi dividida em 6 partes que correm em paralelo, melhoria d desempenho do motor e ter passado a existir uma relação directa entre os pendentes e os utilizadores.

CONTABILIDADE DE CUSTOS- com o intuito de proceder a implementação de uma contabilidade por centro de custos, foi necessário proceder a diversas intervenções tais como:

-Os técnicos da medidata deslocaram-se ao município para dar inicio à implementação da contabilidade de custos, tendo sido necessário efectuar diversas configurações adaptadas a realidade do município e inserir o plano analítico já desenvolvido pela Divisão Financeira, estamos agora a fazer correcções se adaptações ao mesmo.

- Aquisição e instalação da aplicação de maquinas e viaturas, a qual vai efectuar o controlo de custos por viatura, bem como, imputação de horas as diversas actividades desenvolvidas pelo Município. Os técnicos da medidata deslocam-se ao município no dia 27 e 28 de Fevereiro, para dar formação aos utilizadores.

Divisão de Serviços Urbanos (DSU):

Durante o período de 10 de Dezembro de 2011 a 29 de Fevereiro de 2012, a Divisão de Serviços Urbanos, para além das actividades diárias que a gestão desta divisão exige, foram realizadas as seguintes actividades:

- Execução de ramais de ligação e serviços afins.
- Reparação da rede geral de água (fugas) e águas residuais.
- Trabalhos na substituição da rede velha da vila incluindo os respectivos ramais de ligação.
- Trabalhos preliminares para o levantamento e cadastro das redes de infraestruturas.
- Substituição do troço de maior pressão na adutora da Eucísia.
- Continuação dos trabalhos por administração directa na zona poente da vila.
- Elaboração e apresentação do plano de actividades para 2012.
- Construção do QUAR 2012.



- Estudos e soluções pontuais das redes gerais para colmatar deficiências de caudais e pressão.
- Planificação de controlo e gestão de volumes (m³.(s) de água gasta) no sistema da Camba.
- Identificação de locais de consumo de água sem aparelhos de medição.

Gabinete de Candidaturas e de Apoio ao Empreendedor:

Empreendedorismo

Após termos dado início à 2ª edição dos Prémios EDP e realizado o atelier de ideias que ficou marcado pela grande adesão de empreendedores inscritos Gabinete de Apoio ao Empreendedor da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, foi dado apoio individual a cada empreendedor na elaboração do seu Mini Plano de Negócio e foram em numero de vinte e nove os apresentados e analisados pelo júri constituído. De entre esses, vinte e quatro empreendedores seguiram a formação de capacitação para empreendedores finalizada na semana anterior e que abordou temas relacionados com a maturação de ideias; formalidades, fiscalidade e financiamento; planos de negócios; legislação laboral e planos económicos e financeiros.

Para além de estarmos, de uma forma constante, a prestar o atendimento e a orientação a empreendedores, presentemente realizamos o apoio à concepção dos Planos de Negócios.

Candidaturas:

Para além de serem continuamente executados os trabalhos de acompanhamento e de execução financeira das candidaturas que este Gabinete têm em carteira foi submetido o relatório final da

Candidatura do eixo IV – Desenvolvimento do Turismo Sustentável, do Fundo do Baixo Sabor, com a designação Requalificação de Espaços de Lazer - ARA, correspondendo a um investimento total de 46.414,81 € e financiamento igual ao valor de 39.408,80 €.

Foi dado início à execução da Candidatura submetida ao eixo II – Fomento de Base Económica Regional e Local, do Fundo do Baixo Sabor, com a designação de Linha de embalamento da Cooperativa, correspondendo a um investimento total de 53.891,82 € e financiamento igual ao valor de 39.764,85 €.

Foram acompanhados e realizados trabalhos de preparação e posteriormente apresentada uma candidatura ao Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos PROVERE, com a designação do projecto de: “Sambade – Aldeia Tecnológica e Turística”, com componentes de tipologias mistas, no valor total do investimento de 349.616,54 € e participação de 80%.

Gabinete de Comunicação:

Visando dar cumprimento às premissas que presidiram à sua criação o Gabinete de Comunicação e Divulgação do Município de Alfândega da Fé desenvolve ações com o objetivo de informar e divulgar o trabalho levado a cabo pela autarquia nas mais diversas áreas da sua atuação.

Neste âmbito, destaque para o contacto permanente com os órgãos de comunicação social. Tal permite promover uma imagem positiva da instituição e conquistar o interesse para a atividades desenvolvidas, ao mesmo tempo que se responde à necessidade de informação por parte dos jornalistas e se faz chegar aos munícipes notícias sobre o concelho e atividade municipal.

Ainda no campo da informação/divulgação e produção de conteúdos, destaque para a redação de documentos quer sejam de índole promocional, informativa ou assumam a forma de “Notas à Imprensa”. A produção de conteúdos para o



site institucional, principalmente de natureza informativa, relativos às diferentes iniciativas desenvolvidas pelo município foi outra das atividades desenvolvidas, assim como apoio e cooperação na compilação de dados necessários para novos suportes de informação turística que o município está a desenvolver.

O levantamento e compilação das diferentes notícias/reportagens sobre o Município ou com interesse para o desenvolvimento da sua atividade, é outra das ações desenvolvidas por este Gabinete.

Gabinete de Formação:

No mês de Novembro deu-se início em parceria com o Centro de Formação de Bragança, à formação de Inglês – Iniciação. Esta formação está a ser realizada na Biblioteca Municipal e tem a duração de 50 horas estando neste momento a frequentar 14 funcionários deste município.

Gabinete de Protecção Civil Municipal:

- Continuamos a efectuar o levantamento das áreas arditas do Concelho no ano de 2011;
- Continuamos a acompanhar permanentemente a situação das edificações em risco de ruir no concelho, a última aconteceu em Vilar Chão, sendo que o proprietário procedeu à demolição do imóvel;
- Na sequência da consulta pública das partes não reservadas do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Alfândega da Fé, foi elaborado um relatório sumário, para posteriormente ser enviado à Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal;
- Apoio ao Gabinete Técnico Florestal, nomeadamente em pedidos de licenciamento de abate e podas de sobreiros e/ou azinheiras;
- Realização de inquérito aos pastores do Concelho para execução do projecto documental transmedia expositivo “Cão de Gado Transmontano”;
- Procedemos à aquisição de sinais de trânsito e reforço na marcação (sinalização horizontal) das estradas do Concelho, de forma a precaver a segurança rodoviária;
- Atentos às condições climáticas, foram elaborados alertas meteorológicos para divulgação à população;
- Em conjunto com os Bombeiros Voluntários tem sido espalhado sal nas estradas do Concelho, por forma a manter as condições de segurança e prevenir a ocorrência de acidentes rodoviários;
- Organização da 3ª Semana da Protecção Civil, promovendo um conjunto de iniciativas que visam a sensibilização e informação da população em geral;

Gabinete da Qualidade:

No período entre 08/09/2011 e 24/02/2012 continuou-se a implementação do “Projecto Qualidade”, em articulação com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) e com os municípios de Mirandela, Macedo, Carraceda e Vila Flor.

Destaca-se a realização, em 09/11/2011, das Jornadas Comemorativas do Dia Mundial da Qualidade, através de um encontro de reflexão que envolveu, entre outros, testemunhos de pessoas e entidades avalizadas sobre a experiência de implementação de Sistemas da Qualidade.

Entretanto, realizaram-se as Auditorias-teste ao Sistema de Gestão da Qualidade dos demais municípios da Terra Quente, tendo como auditores alguns técnicos do nosso município e dos outros municípios. As auditorias continuaram a traduziu uma boa experiência quer para auditados como para os auditores.



Sobre o Sistema da Qualidade da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, para além das medidas correctivas que surgiram na sequência do Relatório da Auditoria realizada em Julho, começaram a ganhar-se hábitos de monitorização do desempenho de cada uma das 36 áreas funcionais do município.

Para além do “Manual da Qualidade”, do “Manual de Boas Práticas do Atendimento”, do “Manual de Acolhimento” e dos 36 “Processos”, a estrutura documental da Qualidade conta com 58 “Procedimentos / Instruções de Trabalho” (com os respectivos 75 impressos), atingindo um total de cerca de 1667 documentos, onde se integra uma base de dados de legislação em vigor. Estes documentos estão disponibilizados na Plataforma Digital da Qualidade (na intranet), sendo permanentemente actualizados, para acesso e consulta de todos os trabalhadores do município.

No âmbito da candidatura específica desenvolvida pela AMTQT, a certificação do projecto qualidade está prevista para o 2.º trimestre de 2012.

Serviços Veterinários Municipais

No decorrer de Janeiro/Fevereiro de 2012, os Serviços Veterinários Municipais realizaram as acções abaixo descritas :

- Foram realizadas 6 acções de recolha de animais abandonados e errantes, tendo sido recolhidos 12 canídeos e 3 felídeos, que foram posteriormente removidos para o canil Intermunicipal da Terra Quente.
- Foram realizadas 25 consultas/12 vacinações antirábicas a animais (canídeos, felinos e leporídeos), no Gabinete de atendimento Veterinário /Mercado Municipal.
- Foram realizadas as vistorias higio-sanitárias regulamentares ao talhos e peixarias existentes no Concelho; Feirantes que comercializem produtos de origem animal.
- Está a ser implementado a Certificação Municipal de Qualidade Higio-sanitária, de estabelecimentos que manipulem produtos de origem alimentar (talhos, peixarias, cantinas, restaurantes), estando a ser visitados os estabelecimentos e entidades que irão ser envolvidas neste processo.
- Foram realizadas várias visitas a cozinhas particulares, com vista ao seu licenciamento industrial, no âmbito do REAI – tipo 3 – unidades produtivas locais. Neste âmbito, já existem duas indústrias – actividade produtiva local - legalizadas no âmbito do REAI, no Concelho de Alfândega da Fé, tendo-lhe sido já atribuído o Numero de Controlo Veterinário e podendo assim laborar.
- Foram realizadas acções inspectivas com as entidades policiais (GNR) com vista à verificação das condições de bem-estar animal e cumprimento da legislação em vigor, que abrange os canídeos.



Reuniões de Câmara:

No período a que reporta esta informação, realizaram-se 5 reuniões de Câmara cujas atas após aprovação estão disponíveis no site da Câmara Municipal em www.cm-alfandegadafe.pt.

Passamos agora, a descrever a situação financeira da autarquia em diversos aspectos importantes e fundamentais para uma boa gestão dos recursos financeiros do município:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:

Execução da Receita a 31 de dezembro:

RECEITAS	Previsão Anual	Liquidada	Recebida	Tx real
Correntes	6.398.680,19	5.273.706,87	4.963.876,96	77,58
Capital	5.973.816,02	4.018.241,75	4.004.919,44	67,04
Outras	6.500,00	13.994,29	13.219,73	203,38
TOTAL	12.378.996,21		8.982.016,13	72,56

Podemos verificar que o orçamento da receita apresenta um grau de execução 72,56 %,

Execução da Despesa a 31 de dezembro:

DESPESA	Previsão Anual	Comprometida	Paga	Tx real
Correntes	6.397.457,94	6.368.664,65	5.548.429,05	86,73
Capital	5.981.538,27	4.547.756,04	3.473.021,15	58,06
TOTAL	12.378.996,21	10.916.420,69	9.021.450,20	72,88

O orçamento da despesa apresenta um grau de execução de 72,88 %.

**Fluxos de Caixa**

A 31 de dezembro de 2011

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo do dia anterior	80.063,29	Despesas Orçamentais	9.021.450,20
Receitas Orçamentais	8.982.016,13	Correntes	5.548.429,05
		Capital	3.473.021,15
Correntes	4.963.876,96	Total Cabimentado	11.782.514,03
Capital	4.004.919,44	Total de Compromissos	10.916.420,69
Outras	13.219,73	Total Liquidado	9.021.450,208
Receita Eventual	8.961.671,91	Total Pago	9.021.450,208
Receita Virtual	20.344,22		
		Saldo para o dia seguinte	40.629,22
Total	9.062.079,42	Total	9.062.079,42

Prazo Médio de Pagamentos (PMP):

Nos termos do n.º 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, compete à Direcção-Geral das Autarquias Locais publicar na sua página electrónica na Internet, até ao final do mês de Abril, o prazo médio de pagamentos registado por cada município no final do 4.º trimestre do ano anterior, por ordem decrescente.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril.

Data	30-09-2010	31-12-2010	31-03-2011	30-06-2011	30-09-2011	31-12-2011
Prazo médio de pagamento - evolução	340 dias	86 dias	64 dias	33 dias	22 dias	65 dias

Os valores apresentados e no que concerne o PMP, são os validados e controlados pela DGAL.



Despesas com pessoal:

Controlo efectuado pela DGAL, a 31 de dezembro de 2011:

Despesas com pessoal	Final do período do ano de 2010	Final do período do ano de 2011	Comparação
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	2.921.466	2.820.372	-101.094
TOTAL	2.921.466	2.820.372	-101.094

Verifica-se uma redução de 101.094,00 €, em comparação com o período homólogo do ano anterior.

Pessoal ao Serviço – evolução

	31-12-2009	31-12-2010	30-12-2011
Pessoal ao Serviço	164	160	158

Em análise ao mapa apresentado, verifica-se uma redução de 6 colaboradores desde Dezembro de 2009 até ao presente. A que referir que destes 158 colaboradores, 14 são afectos a área da educação.

ENDIVIDAMENTO DO MUNICIPIO

De acordo com a lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), “O montante do endividamento líquido total de cada Município não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.”

Conforme estipula o n.º 4 do artigo 5.º da LFL, a violação desse limite em cada exercício implica a redução dos fundos municipais a processar no ano seguinte, a favor do Fundo de Regularização Municipal criado nos termos do artigo 42.º da LFL, em montante igual ao do excesso de endividamento apurado relativamente ao limite fixado para o mesmo ano.

Nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da LFL, o município encontra-se ainda obrigado a reduzir, em cada ano subsequente, pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido.



Previsão do Endividamento Líquido e de médio e longo prazo da autarquia (31-12-2011):

Calculo pelo método antigo:

Apurado em 01-01-2011		Apurado em 31-12-2011	
Líquido	MLP	Líquido	MLP
5.658.236,45	7.830.251,82	5.961.637,88 €	7.400.523,58 €

A Lei nº 60-A/2011, de 30/11, que procede a segunda alteração a lei do orçamento do estado para 2011, aprovada pela lei n.º55-A/2010, de 31/12, vem alterar o art.º 53º da lei 55-A/2010, que agora passa a ter a seguinte redacção: “1 - Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22-A/2007, de 29 de Junho, 66-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, de cada município não pode exceder o que existia em 31 de Dezembro de 2010.”

Assim:

Limites para 2011		APURADO EM 31-12-2011		EXCESSO/MARGEM	
Líquido (5=(1-(2*10%))	MLP (6=(2-(4*10%))	Líquido	MLP	Líquido	MLP
12.951.146,40 €	13.334.213,80 €	13.955.687,75€	13.795.763,48€	1.004.541,35 €	461.549,68 €

Como se pode verificar pelo mapa apresentado, esta alteração legislativa, e no que se refere ao endividamento líquido e de médio e longo prazo, vem beneficiar claramente o Município, principalmente nos limites de endividamento de médio e longo prazo. Passando assim, a apresentar um excesso de endividamento líquido de 1.004.541,35 € e apenas um excesso de 461.549,68 € para o endividamento de médio e longo prazos.

Evolução da dívida de médio e longo prazo a 31-12-2011:

Designação	2010	Abril 2011	Agosto 2011	Setembro 2011	Novembro 2011	Dezembro de 2011	Ev.
Empréstimos CMAF	17.933.585,86	17.986.283,67	17.677.278,90	17.541.721,55	17.321.374,13	17.266.774,48	
Loações Financeiras	24.798,76	10.323,57	0,00	00,00	00,00	00,00	
Total	17.958.384,62	17.996.607,24	17.677.278,90	17.541.721,55	17.321.374,13	17.266.774,48	

Como se pode verificar pelo mapa apresentado as dívidas de médio e longo prazo, apresentam uma redução de 691.610,14 euros, em comparação com dezembro de 2010.



Patrimonial:

	2011		2010		variação	
11 CAIXA	1.450,92 €	0,00 €	2.837,32 €	0,00 €	-1.386,40 €	0,00 €
12 DEPOSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	312.943,22 €	0,00 €	418.326,87 €	0,00 €	-105.383,65 €	0,00 €
21 CLIENTES/CONTRIBUÍNTES/UTENTES	296.231,33 €	0,00 €	53.720,77 €	0,00 €	242.510,56 €	0,00 €
22 FORNECEDORES	0,00 €	1.482.083,07 €	0,00 €	833.114,69 €	0,00 €	648.968,38 €
23 EMPRESTIMOS OBTIDOS	0,00 €	17.366.774,48 €	0,00 €	17.933.585,86 €	0,00 €	-566.811,38 €
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	13.281,80 €	0,00 €	13.922,67 €	0,00 €	-640,87 €	0,00 €
25 DEVEDORES E CREDORES PELA EXECUÇÃO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
26 OUTROS DEVEDORES E CREDORES	324.791,73 €	0,00 €	1.489.111,33 €	0,00 €	-1.164.319,60 €	0,00 €
27 ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	0,00 €	3.288.361,62 €	0,00 €	3.434.592,95 €	0,00 €	-146.231,33 €
					-1.029.219,96 €	-64.074,33 €
31 COMPRAS	12.106,45 €	0,00 €			12.106,45 €	0,00 €
32 MERCADORIAS	78,40 €	0,00 €			78,40 €	0,00 €
36 MATERIAS PRIMAS, SUBSIDIARIAS E DE OUTROS	92.025,87 €	0,00 €	6.976,21 €	0,00 €	85.049,66 €	0,00 €
38 REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS	0,00 €	12.367,34 €			0,00 €	12.367,34 €
					97.234,51 €	12.367,34 €
41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1.700.816,31 €	0,00 €	452.029,00 €	0,00 €	1.248.787,31 €	0,00 €
42 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	10.096.098,40 €	0,00 €	7.959.212,28 €	0,00 €	2.136.886,12 €	0,00 €
43 IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	149.563,18 €	0,00 €	135.066,93 €	0,00 €	14.496,25 €	0,00 €
44 IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	16.448.214,67 €	0,00 €	18.750.995,88 €	0,00 €	-2.302.781,21 €	0,00 €
45 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	7.302.061,23 €	0,00 €	6.431.369,05 €	0,00 €	870.692,18 €	0,00 €
49 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCIEROS	0,00 €	819.941,39 €			0,00 €	819.941,39 €
					1.968.080,65 €	819.941,39 €
61 CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATÉRIAS	235.055,15 €	0,00 €	341.538,74 €	0,00 €	-106.483,59 €	0,00 €
62 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.974.004,83 €	0,00 €	2.169.362,42 €	0,00 €	-195.357,59 €	0,00 €
63 TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES C. OUTROS	435.784,75 €	0,00 €	704.983,61 €	0,00 €	-269.198,86 €	0,00 €
64 CUSTOS COM O PESSOAL	2.605.438,04 €	0,00 €	2.858.729,36 €	0,00 €	-253.291,32 €	0,00 €
65 OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	92.183,57 €	0,00 €	20.442,09 €	0,00 €	71.741,48 €	0,00 €
68 CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	710.501,66 €	0,00 €	469.165,42 €	0,00 €	241.336,24 €	0,00 €
69 CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	291.661,11 €	0,00 €	704.415,47 €	0,00 €	-412.754,36 €	0,00 €
					-924.008,00 €	
71 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00 €	698.294,34 €	0,00 €	613.903,36 €	0,00 €	84.390,98 €
72 IMPOSTOS E TAXAS	0,00 €	677.263,98 €	0,00 €	445.994,37 €	0,00 €	231.269,61 €
73 PROVEITOS SUPLEMENTARES	0,00 €	13.459,55 €	0,00 €	13.373,09 €	0,00 €	86,46 €
74 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	0,00 €	5.870.183,20 €	0,00 €	6.023.631,01 €	0,00 €	-153.447,81 €
78 PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	0,00 €	1.191,54 €	0,00 €	1.037,91 €	0,00 €	153,63 €
79 PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00 €	189.060,18 €	0,00 €	91.450,12 €	0,00 €	97.610,06 €
						260.062,93 €

Como se pode verificar pelo mapa apresentado os custos apontam para uma redução de cerca de 900.000,00 € em comparação com o efectivamente gasto em 2010.

Como se pode verificar no quadro apresentado, verifica-se uma redução de € 195.357,59 em “Fornecimentos e serviços externos”; redução de € 269.198,86 em “Transferências e subsídios correntes”; redução de € 253.291,32 em “Custos com pessoal” e uma redução de € 412.754,36 em “Custos e perdas Extraordinários”.

Os proveitos apontam para um aumento de cerca de € 260.000,00 em comparação com o ano de 2010.

Em relação aos proveitos verifica-se um aumento nas “Vendas e prestações de serviços” no valor de € 84.390,98; um aumento de € 231.269,61 em “Impostos e Taxas”; verifica-se ainda um aumento de € 97.610,06 na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários”, mas por outro lado verifica-se uma redução de € 153.447,81 em “Transferências e subsídios obtidos”.



Os valores apresentados poderão vir a sofrer alterações com os trabalhos de encerramento de ano ainda em execução

Município de Alfândega da Fé, 28 de fevereiro de 2012

A Presidente da Câmara Municipal

Berta Ferreira Milheiro Nunes